

Experiências de uma Educação Patrimonial: Arqueólogo Por Um dia no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul

Eduardo Relly, Antônio Marcos de Ávila**,
Neli Teresinha Galarce Machado****

Resumo

Desde o início da primeira década do século XXI, o Arqueólogo Por Um Dia atua nas escolas da rede pública e privada (no ensino fundamental e médio) do Vale do Taquari/RS, contando histórias freqüentemente nunca ouvidas pelos estudantes da região. Trata-se de um programa de educação patrimonial – em 2006 foi elevado à categoria de projeto de Extensão vinculado à Pró Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do Centro Universitário Univates em Lajeado-RS – que dialoga com os bens culturais (principalmente aqueles oriundos da ocupação pré-colonial) encontrados no registro arqueológico da região. O texto almeja realizar um histórico do programa educativo desempenhado pelo Arqueólogo Por Um Dia, bem como promover uma reflexão acerca da necessidade e das possibilidades do projeto ser efetivamente classificado como Educação Patrimonial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Arqueologia; Patrimônio Cultural

O que é o Arqueólogo Por Um Dia em linhas gerais?

O Arqueólogo Por Um Dia é um projeto de extensão ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do Centro Universitário Univates (Lajeado-RS), que tem como aspiração principal ser um instrumento de conscientização e de ativação memorial referente ao passado, presente e futuro da região do Vale do Taquari. Define-se como um projeto de educação patrimonial que desempenha suas funções nas escolas da rede pública e privada da região, no ensino fundamental e médio. Tem como aspecto original a combinação de práticas científicas em arqueologia com a interpretação do passado social dos grupos humanos que habitam(ram) o Vale do Taquari/RS, sob a forma de memória histórica. Compreende essencialmente a noção de patrimônio arqueológico, entendido como a “porção do patrimônio material para o qual os métodos da arqueologia fornecem conhecimentos primários” (BASTOS, 2005).

Esta relação próxima entre arqueologia e patrimônio cultural atravessa todas as propostas do projeto. Um dos objetivos marcantes do Arqueólogo Por Um Dia é possibilitar a identificação dos estudantes com o passado material e social de sua região e tornar possível a visualização da construção do conhecimento, sobretudo o histórico. Em uma atividade mista de educação patrimonial com iniciação científica, o Arqueólogo Por Um Dia visa também, por meio desta especificidade, potencializar os estudantes para que sejam críticos da realidade em que vivem, bem como estabelecer as bases de uma reflexão sobre os métodos pedagógicos e curriculares promovidos por suas escolas. Em outras palavras, o projeto tem como missão ativar elementos críticos muitas vezes adormecidos e propõe deslindar os meandros dos discursos que negam a participação dos humildes, dos subalternos e das comunidades étnicas não-hegemônicas na construção da paisagem social contemporânea do Vale do Taquari/RS.

Ativação da memória social e crítica em relação ao

conhecimento do processo histórico regional/global são as linhas sustentadoras do Arqueólogo Por um Dia. No entanto, isto não é um desafio de pouca dificuldade.

Em seus aspectos descritivos e práticos, a realização do projeto é iniciada nas negociações entre uma escola interessada em receber a equipe do Arqueólogo Por Um Dia - durante uma jornada - e a própria equipe que agenda a visita para uma data específica. Neste primeiro acordo, a equipe do Arqueólogo Por Um Dia estabelece alguns requisitos para a escola (cola, jornal, retroprojeter, área limpa de ervas daninhas nas dimensões de aproximadamente 50 m², argila e pequenos potes cerâmicos) e o projeto se responsabiliza pelo deslocamento e pela condução dos seus materiais que serão implementados no decorrer da atividade (espátulas, pincéis, barbante, piquetes, lâminas para retroprojeter relativas à temática envolvendo o patrimônio cultural da região, material arqueológico dos sítios regionais, GPS, carta topográfica e máquina fotográfica). Estando assente o acordo entre o professor e a equipe do Arqueólogo Por Um Dia, a atividade materializa-se no dia especificado. A jornada de educação patrimonial divide-se, desta forma, em duas: uma “teórica” e outra “prática” - divisão baseada no critério da participação dos alunos enquanto espectadores e “realizadores”, respectivamente.

A subdivisão “teórica” ocorre frequentemente durante a manhã e é caracterizada por uma exposição a respeito do passado local e por referências às noções de patrimônio. Em poucas palavras, esta dimensão do trabalho é marcada por uma espécie de oficina patrimonial em que o recurso de retroprojeter, lâminas ilustrativas dos contornos do patrimônio arqueológico regional e da ciência arqueológica, e, principalmente, material arqueológico oriundo da região, contribuem para uma pretendida familiarização e “laicização” da figura do arqueólogo, do material arqueológico e de sua importância enquanto tal. Nesta dimensão do trabalho, existe a preparação para a parte “prática”, que entre outras situações e atividades, conta com a construção de um sítio arqueológico simulado, escavado pelos próprios estudantes.

A tarde é o momento em que os estudantes trabalham de forma a se sentirem "verdadeiros" arqueólogos. O sítio simulado é montado dentro de uma área combinada previamente e os estudantes são estimulados a escavar com rigor, precisão, técnica e conhecimento. Em tese, aproximam-se das realidades profissionais daqueles indivíduos que constroem os esquemas explicativos da evolução ou estabilidade das sociedades, que identificam e tem o poder de dizer o que é patrimônio, e que lutam pela aplicação de leis que façam avançar o acesso da população brasileira a todas as formas de manifestação da cultura.

O sítio simulado tem a peculiar característica de colocar, face a face, por exemplo, a aparente "esterilidade" de inocentes "caquinhos" (não arqueológicos) com a construção de uma hipótese que possa formular o funcionamento de uma fração social de algum povo em algum tempo remoto.

Encarando estas dificuldades, os estudantes poderão perceber que:

"o desafio que a arqueologia oferece é, pois literalmente o de traduzir observações contemporâneas de coisas materiais estáticas em afirmações sobre a dinâmica dos modos de vida do passado e sobre as condições que permitiram a sobrevivência dessas coisas até ao presente" (BINFORD, 1991)

Talvez o maior benefício que a prática de campo - mesmo que simulada - possa oferecer para estudantes do ensino fundamental, é a capacidade de se pensar na possibilidade de questionamento ao livro didático, ao conhecimento consagrado, aos monumentos das praças, às histórias contadas e repetidas pelas pessoas que cercam o(a) aluno(a).

Em última instância, o resultado pretendido neste momento do processo é a percepção de que o relacionamento entre a pesquisa em arqueologia e as suas bases teórico-conceituais, que fundamentam e datam o entendimento construído (historiografia) dos processos históricos, habilitem os estudantes a elencar as

linguagens de representação dos acontecimentos, articulando os preceitos teóricos, metodológicos e epistemológicos das ciências de cunho histórico, no sentido de uma conscientização acerca das possibilidades políticas e sociais do discurso do conhecimento vigente (GARBINATTO, 1999). Uma vez que possa visualizar as condições de pesquisa sobre o passado e que elas não nascem prontas e acabadas, o(a) estudante poderá, porventura, estar mais consciente de sua posição diante da vida, do mundo em que vive e do seu “mapa cultural interior”¹.

Após o sítio simulado (trabalho de campo), iniciam-se os trabalhos de laboratório. A limpeza do material recolhido e a remontagem dos caquinhos cerâmicos formam os procedimentos que possibilitarão alguma interpretação sobre o problema do sítio arqueológico. Após esta fase de trabalho com os vestígios materiais encontrados na escavação, os estudantes trabalham com argila, na medida em que possam experimentar as técnicas de confecção ceramista encontrada nos vestígios arqueológicos das várzeas do rio Forqueta e Taquari. A visualização de parâmetros e dificuldades na transformação da argila em cerâmica requer primeiramente dois pontos de vista que devem ser realçados para que os estudantes possam visualizar significados e tramas por detrás da “imobilidade” do vestígio arqueológico: a capacidade de transformação da natureza com o uso da inteligência e a resolução de problemas dentro de sistemas culturais diferentes do nosso.

Terminada esta fase de abordagem sobre a argila, a equipe do Arqueólogo Por Um Dia direciona suas atividades no intuito de encerrar a jornada de educação patrimonial e lança ainda um desafio típico do cotidiano profissional de qualquer arqueólogo que se encontre em campo trabalhando: a elaboração de um relatório. Não se trata, evidentemente, de avaliar o grau de assimilação dos estudantes à infinidade de conceitos e técnicas utilizadas na pesquisa arqueológica e no desvendamento dos sentidos culturais dos artefatos, nem, entretanto, mensurar o grau de integração ao espírito preservacionista do patrimônio, mas concluir um trabalho de

organização que objetiva afastar imagens exóticas a respeito de arqueologia e dos seus promotores.

Um pouco de história...

Na descrição e análise de um projeto de educação patrimonial como o Arqueólogo Por Um Dia é necessário primeiramente traçar os elementos determinantes que possibilitaram a concretização das medidas efetivas de prática educacional no âmbito de patrimônio. E tais elementos remetem-se essencialmente ao estabelecimento, no ano de 2000, de um projeto de pesquisa em arqueologia na cidade de Lajeado-RS no Vale do Taquari/RS, ancorado pela instituição universitária local, o Centro Universitário Univates. A virada de milênio coincidiria também com uma nova forma de se abordar o passado da região do Vale do Taquari/RS, obscurecido na forma de análises históricas tendenciosas e laudatórias do passado imigrante colonial. Caberia, destarte, às propostas e métodos da arqueologia, elaborar um trabalho de revisão historiográfica e antropológica que pudesse contemplar e enriquecer as variantes do processo histórico regional.

Em tese, seria imprescindível abarcar componentes e outras narrativas que foram ignoradas e mesmo esquecidas pelas pessoas que habitam (ram) a região e, em especial, pelos historiadores regionais que auxiliaram na formação de uma memória histórica particular, limitada e etnocêntrica, cujos reflexos são evidentes no plano urbanístico e material das áreas que compreendem as zonas rurais e urbanas do Vale do Taquari/RS.

O estabelecimento de um setor de arqueologia na UNIVATES, no ano de 2000, foi o marco zero de todas as atividades que envolvessem o método arqueológico tanto na pesquisa como na educação patrimonial. Para uma informação mais exata, a história da arqueologia no Vale do Taquari/RS começou timidamente na década de 1970, quando pesquisadores provenientes de Porto Alegre e São Leopoldo/RS realizaram as primeiras sondagens parciais no

território regional. Desta rápida passagem de arqueólogos pelo Vale do Taquari/RS restou a confirmação do alto potencial de sítios arqueológicos na região – inferência baseada numa arqueologia que tomava contornos de se enveredar para uma análise de ecologia cultural (ALVES, 2000) e na constatação de abundância de artefatos arqueológicos. Somente a partir do estabelecimento de uma base científica que se preocupasse com problemas em arqueologia dentro de uma perspectiva “humanista” foi possível traçar um plano de educação patrimonial.

De todas as maneiras, o início de uma atividade sistematizada (científica) de mapeamento arqueológico na região não significaria - e nem mesmo significou -, por si só, uma aproximação dos interesses da arqueologia – especialistas e iniciantes que a promovem na prática de campo e laboratório – com as preocupações cotidianas de enormes contingentes populacionais que contribuem com o financiamento das pesquisas arqueológicas sob a forma de impostos e que possuem direitos invioláveis em matéria de acesso cultural. Tal situação apresentava-se de modo óbvio e claro para a equipe da arqueóloga Dra. Neli Teresinha Galarce Machado, que, ancorada mesmo em experiências pessoais, bem como numa interessante bibliografia relacionada a patrimônio cultural e as possibilidades de sua acessibilidade, já projetava a existência de uma ação conjunta entre investigação arqueológica, divulgação e, sobretudo, educação. Sem dúvidas e com uma grande chance de acerto, uma pesquisa arqueológica sem um projeto de educação patrimonial consistente e permanente seria, de alguma forma, semelhante à natureza dos processos que culminaram no esquecimento de fundamentais movimentos e heranças históricas dos povos (pré-coloniais, principalmente) que, por séculos e séculos, viveram debaixo dos céus do Vale do Taquari/RS.

Em poucas palavras, era preciso lutar contra a lógica fatal do esquecimento ligado às apropriações materiais extra-européias. Este esquecimento, por sua vez, constituiu-se - com o estabelecimento das colônias de imigração - numa verdadeira tradição cultural dos

povos imigrados no Vale do Taquari/RS². Portanto, a educação patrimonial desempenhava logo de início um papel fundamental na continuidade das investigações propriamente arqueológicas.

A dificuldade inicial de um projeto de educação patrimonial que viesse relacionar elementos do passado pré-colonial e colonial da região respondia necessariamente por certos obstáculos logísticos. Entre eles, pesava demasiada a ausência de pesquisas e prospecções sistematizadas na região no período anterior à efetivação do setor de arqueologia no Museu de Ciências Naturais (MCN) da Univates, e, mesmo, a “infância” das pesquisas tomadas a cabo somente a partir do ano 2000. Para a gerência de uma educação patrimonial que fosse capaz de ativar as memórias sociais (HORTA, 1999) esquecidas dentro de um contexto eminentemente regional – ou seja, com a utilização dos signos concretos ou do registro arqueológico encontrado no solo do Vale do Taquari/RS – o caráter inicial da pesquisa dificultava a formulação de modelos práticos de educação patrimonial.

Não por acaso, a configuração pioneira das primeiras ações de educação patrimonial no Vale do Taquari/RS lograsse obter efeito sobre uma amostragem mais genérica sobre o passado material do homem. Era ainda muito difícil dizer o que era o patrimônio arqueológico encontrado no solo da região. A condução das atividades de educação patrimonial incorporava paulatinamente um aspecto de educação científica, relacionado em grande medida pelo esclarecimento de situações profissionais vividas pelos arqueólogos, questões epistemológicas e a condição da arqueologia dentro da sociedade brasileira.

A escolha do ambiente escolar como espaço por excelência da implementação do Arqueólogo Por Um Dia obedeceu desde sempre a lógica de uma acessibilidade só possível nos bancos escolares. A ausência de museus e lugares de memória na região oferece condições que possibilitam explicar o cerceamento e as dificuldades de se construir uma atividade de educação patrimonial conseqüente e libertadora fora do âmbito escolar. A partir destes dados, as escolas foram o palco de atuação do Arqueólogo Por Um Dia. Elas também

ofereciam possibilidades óbvias de aprendizado e comparação, na medida em que as propostas do Arqueólogo Por Um Dia reclamam atenção às histórias vividas pelos pais, amigos, avós e parentes dos alunos. O espírito deste modelo comparativo entre um ensino formal e descontextualizado culturalmente e as histórias de vida comunitária e familiar reconhecíveis entre alunos de uma escola de bairro, por exemplo, foi dramaticamente descrito por Horta (1999) em um dos seus argumentos na defesa de uma educação patrimonial que possa reverter o atual estado de “entropia cultural” e a descolonização total e completa do Brasil e da América Latina:

(...) os conhecimentos adquiridos em família com os pais e avós ou no grupo social não correspondem mais ao que se aprende na sala de aula... Os pais não sabem mais como explicar as lições aos filhos; o que eles sabem, aliás, não tem a menor importância... A escola formal se encarrega de homogeneizar os valores, e a história ‘oficial’ tem mais relevo do que as histórias que se contavam em casa... A memória do grupo começa a se perder, a cultura vai-se esgarçando, empalidecendo, a desagregação social vem a reboque... (HORTA, 1999).

Este sentimento de orfandade cultural é muito notado no Vale do Taquari/ RS, em particular nas crianças e nos adolescentes que são o foco do projeto. Pois ainda existe na região a agravante do mito do imigrante transformador³: aquele indivíduo que derrubou árvores e abriu clareiras, que, em suma, “civilizou” definitivamente as plagas banhadas pelo rio Taquari em relação ao mundo vil da barbárie (o mundo dos “bugres”). O discurso do imigrante empreendedor ainda por sua vez desempenha uma infeliz tarefa de negação de identidades étnicas, sociais e culturais no Vale do Taquari/RS. Na medida em que ele postula uma origem comum a todos os municípios da região – o imigrante alemão ou italiano –, cuja representação é alicerçada pelo discurso histórico ou sob forma de políticas de tombamento e festividades regionais, um passado multiétnico deixa simplesmente de existir e passa não mais a referenciar o presente, tampouco estabelecer projetos para o futuro.

Arqueologia, dificuldades, números e história institucional

A urgência da pesquisa logo se manifestou nas tentativas de se construir uma educação patrimonial na região. De 2001 para 2005, com grandes esforços e abnegação da equipe de arqueologia do Centro Universitário Univates, o Arqueólogo Por Um Dia – que ainda não era um projeto autônomo ou mesmo institucional - atingiu 14 municípios, contando com uma participação total de 635 alunos da rede pública ou privada. Destes 41,73% (265) eram estudantes do ensino fundamental e 58,26% (370) eram alunos do ensino médio. O Arqueólogo Por Um Dia neste período contou anualmente com a participação de 127 alunos em média. Estes números demonstram um pouco das dificuldades logísticas e de pessoal nos primeiros tempos do estabelecimento do laboratório de arqueologia no Vale do Taquari/RS. Vale lembrar que o Arqueólogo Por Um Dia, apesar de não contar com números excepcionais – nem era possível fazê-lo -, viveu um período marcado por uma exposição crescente do programa nos meios de mídia impressa e falada. Pela primeira vez na história do Vale do Taquari/RS os jornais falavam de arqueologia e a promoviam como atividade alternativa ao ensino de História e do passado da região. Talvez a missão histórica desses anos de dificuldades fosse, efetivamente, angariar envergadura moral e quebrar certas resistências que porventura viessem a acontecer no corpo docente das escolas; bem como ser divulgado e recepcionado por um número cada vez mais amplo de pessoas (pais, professores, estudantes, curiosos, etc).

Período 2001-2005 (Arqueólogo Por Um Dia)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
%	41,73	58,26
Números absolutos	265	370

Total de Alunos: 635

A partir de 2006, o Arqueólogo Por Um Dia recebeu um

impulso considerável, tornou-se projeto de extensão, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNIVATES - status que conserva até o presente momento. Em caráter de extensão universitária, o Arqueólogo Por Um Dia se individualizou da pesquisa propriamente arqueológica – sem, obviamente, romper com a pesquisa, pois desta forma não teria razões de ser - e trilhou um caminho mais específico de educação patrimonial. A desoneração da equipe da pesquisa arqueológica e a incorporação de uma nova equipe de trabalho refletiram nos números de visitas escolares.

Somente no ano de 2006, o Arqueólogo Por Um Dia atendeu 711 estudantes e visitou mais quatro municípios que ainda não haviam sido contemplados nos anos anteriores. Em aspectos estatísticos, 91,56% (651) eram estudantes do ensino fundamental e somente 8,43% (60) pertenciam às grades curriculares do ensino médio. Portanto, no decorrer de um ano (2006), o Arqueólogo Por Um Dia pôde ultrapassar o número absoluto de alunos que acompanharam o programa no período 2001-2005 e estabelecer um novo plano de ação atinente aos problemas de acessibilidade e educação patrimonial: o investimento em peso das ações educativas em patrimônio com as crianças e adolescentes do ensino fundamental motivado por razões imprevistas.

Período 2006 (Arqueólogo Por Um Dia)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
%	91,56	8,43
Números absolutos	651	60

Total de Alunos: 711

A explicação para números tão expressivos em relação à frequência de alunos do ensino fundamental (91,56% dos alunos atendidos em 2006) obedece – e isto é sempre discutível -, sobretudo, por razões práticas. Tais circunstâncias desenvolvem(ram)-se em virtude do projeto acontecer nas escolas, havendo por parte destas

a iniciativa em receber e contatar a equipe do Arqueólogo Por Um Dia e direcioná-la para as faixas etárias pretendidas pelo corpo docente. Normalmente, os professores acreditam que as crianças ou pré-adolescentes do ensino fundamental são mais suscetíveis de serem atingidos por qualquer atitude de educação patrimonial. Em tese, ainda não estariam ligados aos apelos do consumo adolescente e às preocupações típicas da idade como a auto-afirmação, a formação da personalidade e o processo gradual de “rompimento” da vida infantil em direção à adulta. Os professores normalmente crêem ainda que as crianças e pré-adolescentes (normalmente freqüentando o ensino fundamental) estão fortemente ligados à história da família (pais e avós) e possuem uma relação branda e amorosa com o próprio passado – o que muitas vezes acontece de modo diverso no universo dos adolescentes, que, em vista do processo de afirmação pessoal, podem ter uma relação mais tempestuosa com sua história de vida, o que envolve a relação com os avós, pais, irmãos, amigos, etc⁴.

Além destas características observáveis no cotidiano do projeto, que tomam como critério a faixa etária, ainda merece ser ressaltada uma outra característica prática que ajudou a moldar os números e realizações do Arqueólogo Por Um Dia no ano de 2006 e mesmo antes disso. A maioria formada pelos estudantes do ensino fundamental e o afastamento dos estudantes do ensino médio na freqüência do projeto ainda é possível de ser explicada pelas próprias vicissitudes do sistema educacional brasileiro. Uma vez que a história da região e os materiais arqueológicos locais não são cobrados no vestibular das universidades, os professores do ensino médio, normalmente, não são necessariamente “estimulados” para abordar assuntos de interesse patrimonial e de cidadania. Durante o período 2001-2005, ou seja, antes da individualização do projeto em forma de extensão, o número de estudantes do ensino médio que logrou obter contato com o processo educacional em patrimônio foi definitivamente maior do que os resultados obtidos durante o ano

de 2006. Tal situação provocou um paradoxo ainda em parte inexplicável e, mesmo assim, sob formas hipotéticas. Cogita-se, em suma, que a “novidade” das propostas do Arqueólogo Por Um Dia tenha dado potencialidade para o esclarecimento de um assunto que se manifestava entre os professores e os estudantes do ensino médio como, no mínimo, “curioso”. Passados todos estes anos, a sistematização de uma educação patrimonial nas escolas com um público de ensino médio, talvez, tenha passado de um aspecto de curiosidade para um papel de “obstáculo”, o que implicaria no desprezo dos professores em relação ao Arqueólogo Por Um Dia e a continuidade de uma pedagogia tradicional que tem como ponto de chegada o processo seletivo do vestibular.

O Arqueólogo Por Um Dia é verdadeiramente um projeto de educação patrimonial?

Entre as dificuldades, os números, a descrição da prática pedagógica e a história da arqueologia e da própria educação patrimonial no Vale do Taquari/RS, existe um hiato que acompanha e perturba toda a reflexão acerca do Arqueólogo Por Um Dia. Ele diz respeito essencialmente a um questionamento básico, não menos importante, dos efeitos de uma atividade que se desenvolve durante alguns anos entre estudantes do Vale do Taquari/RS, cuja resposta depende o êxito ou não do empenho de tantos recursos e esforços. Até o presente momento, em toda ocasião, o Arqueólogo Por Um Dia foi denominado como sinônimo de educação patrimonial. Será que é possível chamá-lo assim?

Uma resposta satisfatória que encare os problemas de uma definição de educação patrimonial passa por uma pergunta-problema cada vez mais presente no mundo contemporâneo, dúvida que se arrasta desde os alvares da Revolução Industrial: por que preservar o patrimônio cultural?

A discussão radical de um questionamento simples, pequeno, aparentemente inócuo, mas com implicações psicológicas e sociais

tão prementes e avassaladoras não pode cair na redundância de se afirmar a importância do patrimônio simplesmente pela existência dele enquanto tal. Não há mais tempo para isto no mundo de hoje. Precisa-se com cada vez mais urgência a instrumentalização de ferramentas conceituais e práticas que possam tornar o patrimônio cultural – em comunhão com uma arqueologia socialmente valorizada (cultura cotidiana) – uma cidadela-fortaleza dos cidadãos que habitam este mundo de alta voltagem, desprendidos normalmente de seus contextos sócio-educacionais (JORGE, 2000):

Patrimônio sempre teve a ver com a identidade, com valores não materiais, simbólicos, e com a memória dos indivíduos e dos grupos. Sem memória não há pessoa, não há projecto, não há sentido de comunidade – só máquinas delirantes e egoístas, monstros em que temos transformar-nos (JORGE, 2000).

Da exortação e do alerta do arqueólogo português - na tentativa de se elucidar sentidos coerentes para a preservação do patrimônio cultural - sobressaem-se duas idéias que são possíveis de serem observadas no programa do Arqueólogo Por Um Dia. Possuem como vetor resultante a sugestão de ampliação da atuação do arqueólogo na sociedade (valorização) e o seu papel importantíssimo como agente agregador das sociabilidades perdidas ou em risco de extinção. O que Jorge argumenta e que se constitui no ponto de partida de praticamente toda teoria e prática patrimonial é a existência de um risco muitas vezes mal percebido pelos membros da sociedade global. Os efeitos de tal ameaça referem-se, em grande medida, aos riscos de extinção das antigas referências culturais e sociabilidades, não entendidas, obviamente, de modo reacionário ou moralizador, mas como fim abrupto de relações seculares de organização social enquanto idealizadoras de comunidades e grupos que podem tecer redes de solidariedade, conduta, temperamento e conflito. Com Jorge, o planeta não somente encontra-se em risco de desaparecimento em virtude dos problemas ambientais identificados pelo aquecimento global, mas, também,

está seriamente ameaçado pelo fim da “pessoa”, do “sentido de comunidade” e pela transformação da sociedade humana em “monstros e máquinas delirantes e egoístas”. O que é importante, ainda, na análise crítica de Jorge numa defesa consciente e radical do espírito preservacionista incidente sobre o patrimônio cultural, é que ele não escreve estas linhas somente para o seu Portugal, mas para um grande conjunto de pessoas, habitantes da Terra, que, a despeito de suas diferenças, enfrentam problemas de ordem comum.

O desaparecimento ambiental e social do homem reclama, desta forma, uma atitude séria e corajosa em relação ao patrimônio cultural. É exatamente nesta ordem de coisas que entra em cena a figura do profissional de arqueologia. Jorge deseja uma arqueologia vibrante e confiante, socialmente articulada, valorizada em última instância pelos entes públicos e privados na medida em que possam visualizar no arqueólogo um instrumento de inestimável valor social:

A afirmação da arqueologia – atitude típica da modernidade – passa também por aqui. Tendo-se imposto como uma técnica de escrutínio do solo e de classificação de objetos tendo-se alcançado ao estatuto de ciência (histórica e tudo o mais que se queira), falta-lhe impor-se como cultura quotidiana dos cidadãos, incorporada por eles, defendida como coisa sua. Quando chegarmos aí, os arqueólogos terão o estatuto social dos médicos, dos engenheiros, dos arquitetos ou até dos artistas e escritores (JORGE, 2000).

De acordo com as dimensões argumentadas por Jorge, salienta-se outra instância que extrapola em si o conteúdo de uma educação patrimonial propriamente dita e que está umbilicalmente vinculada ao programa do Arqueólogo Por Um Dia. Tendo como objetivo principal o ensino do respeito ao passado regional ou global, o papel desempenhado pelo arqueólogo na sua busca constante de restaurar os “elos” das sociedades pretéritas adquire(iu) contornos não previstos na idealização do projeto. A valorização do profissional de arqueologia implica na explicitação do papel deste na sociedade e no tempo vivido atualmente. Na medida em que o Arqueólogo Por Um Dia atende tanto comunidades carentes como comunidades

mais integradas ao acesso de bens econômicos e culturais, ele age também como um catalisador de uma demonstração profissional com vistas à carreira. No caso das comunidades mais carentes, privadas de toda a sorte de oportunidades, os jovens estudantes normalmente são muito receptivos ao convite à reflexão da situação profissional e social do arqueólogo. Esta tem a potencialidade de se assumir como uma meta de vida, uma forma de se alterar o estado de exclusão (econômica e cultural), ancorada essencialmente na premência da arqueologia em se afirmar como parte indispensável da vida cultural nacional e do enorme trabalho que os arqueólogos possuem na defesa dos vestígios arqueológicos no território brasileiro, sempre ameaçados de extinção pelas grandes obras da engenharia contemporânea.

Para além de todas as disposições que possam sugerir carreiras profissionais vinculadas à defesa do patrimônio cultural, o Arqueólogo Por Um Dia centra seu esforço na tentativa de criar conhecimento vinculando a arqueologia com as experiências vivenciadas pelos grupos humanos que habitaram o espaço físico do atual Vale do Taquari/RS. Esta disposição que se assenta sobre um patrimônio arqueológico verificável em âmbito local, por vezes fortuitamente encontrado (uma de suas características singulares, sem dúvida), pretende afastar qualquer imagem preconceituosa e desonesta da arqueologia e dos seus promotores, na medida em que nega o “exotismo” impregnado na visão geralmente aceita e não especializada daqueles que se dedicam à preservação do patrimônio cultural.

Objetivando ser um projeto de educação patrimonial, o Arqueólogo por Um Dia procura meios de estabelecer um elo (patrimônio arqueológico) entre as apropriações materiais de grupos humanos do passado (principalmente indígena) e a vida presente. Emprestando significados às conseqüências materiais remanescentes e encarando-as como formas de resolução de problemas levantados pelo meio ambiente sob a forma de cultura, o Arqueólogo Por Um Dia tem como escopo solucionar o impasse colocado pelo período

pré-colonial na configuração das ações pedagógicas de educação patrimonial:

Os dólmenes e os sambaquis, a cerâmica marajoara e os zóolitos, as gravuras do Piauí e as casas subterrâneas do Sul, são elementos materiais que não se enquadram no nosso cotidiano, que já não tem nenhuma função nele. Contrariamente às Igrejas das Missões ou as ruínas de Pompéia, em relação aos testemunhos pré-históricos rompeu-se o vínculo entre nós e os seus produtores originais, que não sabemos nomear. A reconstrução em Pré-História, para o grande público, assemelha-se mais à ficção científica do que à ficção histórica e a sua plena interpretação é apenas possível, fora do estrito núcleo de especialistas, através de uma didática específica que leve a ver nesses vestígios os gestos e comportamentos que os originaram. É neste plano que a Pré-História constrói a ponte entre o patrimônio construído e o patrimônio imaterial (OOSTERBEEK, 2004).

Oosterbeek dedicou-se na solução de um problema patrimonial oriundo das especificidades históricas do Brasil, ou seja, o aniquilamento da memória histórico-social da contribuição dos povos indígenas na formação dos comportamentos, da natureza vegetal e dos limites da posterior colonização européia. Oosterbeek concebe a memória como uma ferramenta de “permanente (re)organização do passado (...) é ela que, jogando com um conjunto de elementos materiais isolados (que podem ser impulsos elétricos ou unidades de matéria, mas que, no plano coletivo, são também ruínas, sepulturas, pontes ou palácios), constrói uma dimensão coerente, a que damos o nome de passado, ou de patrimônio cultural e que, em última análise, é de natureza imaterial” (OOSTERBEEK, 2004). Neste sentido, é possível argumentar que Oosterbeek não acredita na divisão tradicional e pragmática entre patrimônio material e imaterial, e afirma que toda forma de patrimônio é imaterial. No avanço de um processo de educação patrimonial, o Arqueólogo Por Um Dia necessariamente recorre a uma reelaboração do conceito de patrimônio arqueológico em virtude dos mecanismos da gênese da constituição cognitiva do patrimônio cultural de cada indivíduo:

Na construção do patrimônio, as fontes orais são a primeira matéria-prima. Numa primeira reflexão, poderia pensar-se que são os vestígios materiais, as ruínas, os objetos, que são determinantes na construção do patrimônio. No entanto, assim não é. Começamos a construir o mapa do Patrimônio por 'ouvir' e 'ouvir dizer'. Canções e histórias, eco distante dos ritos primitivos, são instrumentos essenciais na construção da componente social da nossa identidade. É por elas que nos acercamos do patrimônio material, que se nos revela, num primeiro momento, como cenário dessas histórias. As ruínas são locus de vivências ou, melhor dizendo, de histórias de vivências. Os artefatos são produtos finais de gestos de comportamentos (OOSTERBEEK, 2004).

A concepção patrimonial de Oosterbeek convida a uma reflexão na abordagem do material arqueológico no sentido da construção de um projeto de educação patrimonial aqui representado pelo Arqueólogo Por um Dia. Para se definir como projeto de educação patrimonial, o Arqueólogo Por Um Dia toma como referência inalienável "os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando a afetividade bloqueada, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ou reforçando a auto-estima e a capacidade de identificação dos valores culturais, ameaçados de extinção... desenvolvida na escola, nos sistemas de educação formal e não-formal, com crianças e adultos..." (Horta, 1999). A arqueologia, por sua vez e por própria especificidade documental, no entanto, tende a ressaltar os aspectos da vida material das sociedades (PESEZ, 2001). Com base nestas propensões, um trabalho de problematização sobre o patrimônio arqueológico regional acontece na medida em que este, somente por si, não tem condições de explicar sentidos culturais diversos, ou mesmo detalhar modos de vida e apropriações materiais de sociedades extintas, tampouco esclarecer sobre a importância dos testemunhos da passagem de outros seres humanos pelo mesmo espaço físico vivido pela sociedade contemporânea do Vale do Taquari/RS. Na resolução de um problema desta natureza, o Arqueólogo Por Um Dia encara o material arqueológico como fonte

necessária de acesso ao conhecimento do passado, mas desenvolve-o, pedagogicamente, a partir de um grande cenário social construído, em que o mundo artefactual e ambiental são protagonistas de uma história que se desenvolve ao fundo, ou seja, no mundo de empréstimos dos sentidos às coisas (interpretação do conhecimento científico atual) e na ampliação das funções utilitárias dos materiais (necessárias e existentes) em direção às funções simbólicas (HORTA, 1999), condicionadas pela existência dos homens em sociedade e pelo pertencimento identitário.

De toda sorte, a transfiguração deste processo em uma implicação pedagógica prática apresenta desafios. Tais dificuldades impõem-se no tempo hábil para se tratar de problemas complexos em relação ao patrimônio cultural, nas resistências corporativistas dos professores em aceitarem métodos de ensino diferentes da cartilha didática e na própria sutileza dos conceitos envolvidos em qualquer reconstrução memorial-social. De qualquer modo, para haver educação patrimonial e para que esta possa classificar sem peso de consciência o projeto Arqueólogo Por Um Dia, é necessário e indispensável haver uma reconstituição constante dos signos concretos (HORTA, 1999) e da linguagem codificada existente na cultura material.

Arqueólogo Por Um Dia para quê?

A defasagem do sistema educacional brasileiro - calcado ainda hoje numa pedagogia demasiadamente tecnocrática, herança do rápido e desordenado crescimento da economia brasileira durante a segunda metade do século XX e do interesse de grupos sociais diretamente beneficiados neste processo - oferece um paradigma de reflexão acerca dos espaços e dos limites das ações de educação patrimonial no país. O ensino do patrimônio cultural é difícil, geralmente mais caro e requer o acompanhamento de pesquisas sistemáticas que possam enriquecer e problematizar a aparente mudez da cultura material (no caso do patrimônio arqueológico).

Apesar das dificuldades que possam dizer algo sobre a educação no Brasil, do desinteresse de grupos privados em ações concernentes à educação do patrimônio e da ausência de fomento à cultura museológica entre a população brasileira, os projetos de educação patrimonial operam uma outra forma de revolução.

É quase um consenso entre os especialistas de patrimônio cultural e ensino que o papel desempenhado pelas ações de educação patrimonial em um país como o Brasil, cuja capital, Brasília, representa a última tentativa do esquecimento de um passado tido como atrasado e incivilizado (FUNARI; PINSKY, 2001), age no sentido de uma revalorização das especificidades históricas da civilização brasileira, numa luta de reconhecimento por identidades sociais violentadas e excluídas. As heranças históricas de um país colonizado produziram uma mentalidade de desrespeito e degradação incidentes sobre as manifestações culturais dos múltiplos povos e processos históricos que ocorreram nas mais diversas regiões do país. Paulatinamente, a inserção de intelectuais preocupados com os rumos das políticas preservacionistas ou mesmo a ausência delas, foi capaz de produzir resultados que melhoraram significativamente a situação dos bens culturais no Brasil, havendo possibilidades de exemplo na figura de Paulo Duarte, o grande idealizador da lei nº 3.924 de 1961 que, entre outras disposições, legisla acerca do pertencimento social do patrimônio cultural em relação à sociedade brasileira. (FONSECA, 2005).

Conquistado o caráter público do patrimônio cultural, no entanto, o poder de fruição cultural permanece, no Brasil, ainda muito restrito àquilo que Jorge chamou de “aristocracia cultural” (JORGE, 2000). Não existindo possibilidades imediatas de se reverter um dos aspectos do patrimônio cultural brasileiro, ou seja, o desrespeito e o desprezo ao passado (GARBINATTO, 1999), a educação patrimonial vem se constituindo como condição indispensável de inclusão sócio-cultural, na medida em que é também uma ferramenta de democracia.

Encarada por uns como arma contra a total descolonização

do Brasil (BATALHA Apud HORTA, 1999), por outros como combate às políticas educacionais neoliberais (CORSETTI, 2000), o que é importante neste sentido é que o acesso incondicional ao ensino do patrimônio cultural e aos bens culturais de toda a espécie, tem a potencialidade – segundo a expressão prosaica do arqueólogo Funari – de “abrir a cabeça” dos indivíduos (FUNARI Apud FOGOLARI, 2005), de provocar reflexões a respeito do papel dos indivíduos no mundo, de estabelecer padrões de referência para projetos futuros e de possibilitar a (re)criação de elos de pertencimento e afetividade do indivíduo em relação ao mundo em que vive e às pessoas que compartilham com ele redes de significados e lembranças.

O Arqueólogo Por Um Dia acredita nestas propostas e procura trabalhar com o intuito de ser um instrumento de auxílio na constituição da vida social dos indivíduos. Tem como proposta central o fortalecimento de redes de solidariedade que possam, a despeito dos conflitos imperantes na complexidade da vida social, encontrar soluções para problemas de ordem econômica, ambiental e cultural que atravessam - por vezes veladamente - a vida dos indivíduos em sua interação com o mundo de suas experiências. Porém, antes de qualquer pretendido resultado de ordem pragmática, a educação patrimonial promovida pelo Arqueólogo Por Um Dia objetiva o (re)estabelecimento do orgulho, da estima, da sociabilidade, em suma, da felicidade e da qualidade de vida dos cidadãos do Vale do Taquari/RS.

Notas

*Graduando em História no Centro Universitário UNIVATES, Bolsista de Extensão, erelly@univates.br

** Graduando em História, Bolsista de Extensão, jamstudios2000@yahoo.com.br

*** Doutora em Arqueologia Brasileira pela Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. Professora e pesquisadora do Centro Universitário UNIVATES e do Programa de Pós graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Lajeado, Rio Grande do Sul. nelitgm@terra.com.br, Av. Avelino Tallini, 171, Bairro Universitário, Lajeado, 95900-000, RS

¹ Ver em Oosterbeek, a importante noção de “mapa cultural interior”. OOSTERBEEK,

Luiz. Arqueologia Pré-Histórica: Entre a cultura material e o patrimônio intangível. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio, Pelotas, v. I, n. 2, p. 41-54.

² Garbinatto (1999) argumenta que o esquecimento é um verdadeiro patrimônio cultural brasileiro com manifestações inclusive materiais. A autora concebe o esquecimento como prática cultural da sociedade brasileira, alargando em muito o conceito criado para especificar um caso regional pertencente ao Vale do Taquari/RS. GARBINATTO, Valeska. Ensino de História e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, p. 37-48, 1999.

³ Semelhante representação do passado acontece vigorosamente nos EUA na imagem do pioneiro – salvo as devidas distâncias entre processos históricos divergentes. (nota do autor).

⁴ Obviamente que estas hipóteses levantadas para explicar a preferência dos professores pelo ensino fundamental nas atividades de educação patrimonial são generalidades e não podem constituir regra dentro da história do Arqueólogo Por Um Dia. Mas são situações vividas e dialogadas entre os executores do projeto e os professores que expressam seus desejos e intenções pedagógicas.

Referências

ALVES, Márcia Angelina. Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira. **Canindé Revista de Arqueologia de Xingó**, Sergipe, n. 2, p. 9-51, 2002.

BINFORD, L. R. **Em Busca do Passado**. Mem Martins, Europa-América, 1991.

BASTOS, Rossano L. Patrimônio cultural arqueológico: instrumento de desenvolvimento turístico. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio**, Pelotas, vol. II, n. 3, p. 67-79, 2005.

CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. **Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, p. 49-57, 2000.

FOGOLARI, Everson Paulo, Conhecimento Científico e Patrimônio Cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo e FOGOLARI, Everson Paulo, (orgs). **Estudos de Arqueologia Histórica**. Erechin RS: ed dos autores, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ IPHAN. 1997. 676p.

FUNARI, Pedro P. & PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2001.

GARBINATTO, Valeska. Ensino de História e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, p. 37-48, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da Educação Patrimonial. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, p. 25-36, 2000.

JORGE, Vítor Oliveira. Arqueologia, patrimônio e cultura. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia Pré-Histórica: Entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio**, Pelotas, v. I, n. 2, p. 41-54.

PESEZ, Jean Marie. História da Cultura Material. IN: Le Goff, Jacques (Org). **A História Nova.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

Abstract

Since the beginning of the first decade of the XXIth century, the Archaeologist for One Day is executed at the schools from the private and public network (basic and high school) in Taquari Valley/RS, telling stories usually never heard by the regional students. The Archaeologist for One Day is a program of heritage education linked to Centro Universitário Univates administration in Lajeado, Rio Grande do Sul state, Brazil. The project aims to dialog with cultural goods (mainly those ones associated to pre-colonial times) found at the local archaeological register. The text intends to build an historical view of the educative program played by Archaeologist for One Day, as well to promote a reflection about the possibilities of calling Archaeologist for One Day a truly Heritage Education.

Keywords: Heritage Education; Archaeology; Cultural Heritage